

POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO E POLÍTICAS DE LÍNGUAS: CRUZAMENTOS E RUPTURAS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Rivadavia Porto Cavalcante
(PROLING/UFPB/IFTO)
rivadavie@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Dentre as políticas públicas desta década direcionadas ao fortalecimento da educação Profissional e Tecnológica (EPT) de nível superior, destacam-se a Política de internacionalização (Programa Ciências sem Fronteiras) e as Políticas de línguas (Programa Idiomas sem Fronteiras). Integradas às estratégias da política de inovação econômica do governo federal (Plano Brasil Maior: Inovar para competir. Competir para crescer 2011/2014), a ênfase principal de suas ações é a formação de recursos humanos para a competitividade. E a educação superior é convocada como o terreno prioritário para concretizá-las.

Alegamos no presente estudo que as metas prefiguradas nos textos que as oficializam trazem propostas que contemplam, por um lado, avanços positivos para os diversos cursos superiores de tecnologia (CST) abrindo horizontes para o cumprimento de seu papel social na formação de profissionais mais completos, isto é, dotados de conhecimentos inter/pluriculturais. Porém, por outro lado, é preciso discernir que essas mesmas metas têm como prioridade a realização de interesses econômicos do Estado que visa a concorrência de mercados, em detrimento do desenvolvimento de capacidades humanas que, para nós, constituiria o ponto central da sustentabilidade de qualquer ação com vistas a consecução de um projeto de crescimento nacional.

Não obstante, a efetivação de uma política educacional depende da forma como ela é recepcionada e interpretada pelos agentes implementadores (BALL & BOWE, 1992, p.22) *in situ*, e que, por vezes, dependendo das representações daqueles que estão na fonte de sua recepção, ao reconceber os princípios que regem as ações objetivadas pelo texto fundador da política, esses mesmos princípios e ações são alterados (reelaborados, adaptados, refutados com ou sem contra/propostas) posto que, nem toda ação projetada condiz com os interesses e as condições socioculturais da comunidade implementadora. Isto pode ocorrer, principalmente, quando os decisores e/ou formuladores das políticas

públicas desconhecem a realidade e as necessidades dos agentes desse contexto. Partindo desses pressupostos, o presente estudo objetiva colocar em pauta como esses processos vêm se (con) formando e se desenvolvendo nas instituições da EPT. Para tanto, perseguimos orientações teóricas- metodológicas que delinearemos nas próximas seções.

2. QUADRO TEÓRICO-CONCDEITUAL

A palavra política é derivada do adjetivo pólis (politikós), e o seu sentido diz respeito à vida urbana, à *cidade*, ao que é *civil*, *público*, aquilo que é *sociável* e *social* (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2000, p.954). Com a difusão da obra clássica “Política” de Aristóteles o termo sofreu evolução e passou a expressar as primeiras noções relacionadas à natureza, funções, divisão do Estado e formas de governos na acepção de um tipo de arte ou ciência de governar. E desta forma, ao longo da história, a sua função expressou as atividades dos agentes e dos desígnios do Estado. Esses princípios ainda são difundidos por alguns verbetes de dicionários correntes: “*l’art et les pratiques du gouvernement des sociétés humaines*” (Le Robert, 1993, p. 1719); A *course or principle of action adopted or proposed by a government, party, business, or individual* (Dicionário Oxford online¹); *Ciência do governo das nações, Arte de regular as relações de um Estado com os outros Estados, Sistema particular de um governo* (Dicionário Aurélio online²). Essas representações são difundidas no cotidiano das pessoas por esses e outros dispositivos que sustentam os princípios tradicionais do termo.

Porém, estudiosos das ciências políticas e da ciências da linguagem (FIORIN, 2009) trazem contribuições pertinentes para uma conceitualização contemporânea de que a política pode ser compreendida como um tipo de organização que possibilita as pessoas *viverem coletivamente* atribuindo a elas um tipo de atividade especializada que se caracteriza pela confrontação de ideias e de pessoas (GOLOGO, 2014). Desse modo, a política não existe apenas no âmbito das decisões e dos poderes governamentais, pois, ela está pulverizada no cotidiano das práticas sociais e os seus sentidos nos dias atuais, no contexto brasileiro, expressam sentidos distintos para diferentes pessoas: as escolhas, decisões, relações, interações, direitos, valores e outros. As asserções postas encontram respaldo em (Fiorin. 2009, p. 148) de que a política não é “só o que está dentro do campo

¹ http://www.oxforddictionaries.com/us/definition/american_english/policy. Último acesso em 05 de dez; 2014.

² <http://www.dicionariodoaurelio.com/politica>, Último acesso em 05 de dez; 2014.

da aceitabilidade tradicional desse termo, mas também todas as relações de poder que se exercem na vida cotidiana.

Com base nas considerações expostas no parágrafo anterior, o conceito de política é muito amplo e bastante global e, da mesma forma, a noção de Política linguística (PL) que remete-se à toda forma de decisão tomada por um ator social para orientar o uso de uma ou mais línguas concorrentes numa dada situação. De maneira generalizada, entende-se por PL toda forma de tomada de decisão por um Estado, por um governo ou por um ator social reconhecido ou na condição de autoridade, destinada a orientar a uso de uma ou várias línguas sobre um dado território (real ou virtual) ou para regular o seu uso (ROUSSEAU, 2007, p. 58).

Os estudos de Calvet (1996, p. 3) e de Boyer (1996, p. 23) trazem um entendimento mais geral do termo como sendo as escolhas realizadas nas relações “entre línguas e sociedade” e a sua prática se realizaria no planejamento. Neste ponto de vista uma PL não existiria sem um planejamento. Para os efeitos deste estudo, estes dois elementos são postos como sendo indissociáveis. Não há política que não prefigure um tipo de ação a ser realizada e que, por conseguinte, é no planejamento que ela materializar-se ia, antes mesmo de ser praticada. Da mesma forma, não haveria planejamento sem aquela, considerando que este é a representação de uma política que na acepção de Ball (1994) é uma ação social que, ao emergir e se desenvolver em um dado contexto situado de uso da linguagem verbal, a sua manifestação e difusão ocorreria na forma de textos-discursos que são os instrumentos semióticos atestáveis do papel central que a linguagem desempenha no funcionamento de qualquer atividade e prática social (cf. HABERMAS, 1987, BRONCKART, 1999/2008abc, BULEA, 2014). O presente estudo gira em torno dessas entidades lingageiras reveladoras de representações do conjunto das ideias, valores, crenças e normas elaboradas e adotadas socio-histórico e culturalmente nas relações de poder que se estabelecem nas/pelas interações das instituições e seus agentes a serviço da implementação de políticas públicas de internacionalização e linguístico-educacionais destinadas ao ensino superior profissionalizante. E os pressupostos teórico-conceituais aqui revisados orientam os procedimentos analíticos dos dados que passamos a descrever na próxima seção.

3. METODOLOGIA

Os dados foram gerados quando da nossa interação com cinco professores de idiomas (Português e Inglês) em uma enquête preliminar para a realização de um experimento visando testar a eficácia do uso de entrevistas semiestruturadas enquanto dispositivo de geração de dados para o nosso doutorado em Linguística e Práticas sociais do Programa de Pós graduação em Linguística (PROLING/UFPB), no segundo semestre de 2013.. Os profissionais entrevistados atuam como formadores de pessoas para o mundo do trabalho, ciência e tecnologia em cursos do Ensino Médio Integrado (propedêutico e profissionalizante), em cursos técnicos subsequentes e nos cursos superiores de tecnologia (CST). Esses mesmos professores são ainda gerenciadores de projetos de internacionalização em suas respectivas instituições de atuação que, por sua vez, integram a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Por uma questão de ética, as razões sociais das instituições e os nomes dos colaboradores serão omitidos. Para o presente trabalho, apresentamos as interpretações de uma professora (doravante P1) a serviço dos projetos de internacionalização de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) da região norte brasileira. O quadro, a seguir, sintetiza a metodologia do presente trabalho.

Quadro 1: Elementos integrantes da metodologia do estudo.

Participantes	5 professores de idiomas (Português/Inglês)
Instrumentos de geração de dados	Questionário sócio-cultural e entrevistas semiestruturadas
Formação do corpus	5 entrevistas semiestruturadas
Método de análise	Modelo sociodiscursivo de análise de texto (orais/escritos cf. Interacionismo sociodiscursivo)
Procedimentos de análise	Abordagem qualitativo-interpretativa dos dados

Elaboração própria

3.1.Procedimentos, análise e resultados.

Para proceder a análise das entrevistas consideramos a sua organização temático discursiva e a sua dimensão enunciativa. Com o propósito de apreender os conhecimentos que esses textos orais revelam e comentam sobre o andamento das atividades da política de internacionalização e linguístico-educacional na voz dos professores responsáveis pelos projetos em execução, optamos por analisar os Segmentos de Tratamento Temáticos (STT) que correspondem às verbalizações do entrevistado sobre os temas recorrentes (BULEA,

2010, 2014) em seus dizeres, isto é, as suas percepções e/ou interpretações sobre como essas políticas estão se processando no local das práticas.

Isto posto, a análise tem como foco de investigação os textos-discursos produzidos no contexto da prática de políticas públicas educacionais de internacionalização e de línguas. Partimos do pressuposto de que o contexto da prática é o lugar onde as políticas aqui evocadas ganham contornos específicos em conformidade com os propósitos educativos do local de implementação. Logo, esse espaço é a arena na qual se dá a sua interpretação e redefinição que, por vezes, podem modificar o sentido dos objetivos prefigurados pelo texto inicial. Nosso posicionamento a este respeito encontra respaldo em Ball & Bowe (1992, p. 22), de aqueles que se encontram na fonte das práticas de uma política não a interpreta “enquanto leitores ingênuos”,

[...] eles vêm com suas próprias histórias, experiências, valores e finalidades. Eles têm interesses diretos no significado da política. Políticas são interpretadas diferentemente conforme as histórias, experiências, valores, propósitos e interesses que constitui e difere qualquer área. O ponto comum é que os autores da política os escritores não podem controlar os significados de seus textos³. (BOWE AND BALL, 1992: 22)

Desse modo, os documentos produzidos no âmbito ministerial que orientam as atividades de internacionalização no contexto de implementação são assim interpretados no quadro 2 que representa os dizeres de uma professora (P1) entrevistada sobre o andamento das ações nesse campo.

Quadro 2: Segmentos de tratamento temático da entrevistas

STT1	[...] a gente vivencia realidades divergentes [...] o que é demandado de você no seu trabalho efetivamente [...] a gente vêm de uma realidade em que o professor não é requerido a falar a língua
STT2	[...] o professor não sabe falar inglês o professor não tem essa proficiência e muito menos o tempo de poder se preparar pra:: poder contribuir com a internacionalização, ao mesmo tempo
STT3	[...] ele é desafiado a contribuir, a/a impressão que se dá é que ele não é convidado a participar da internacionalização,
STT4	[...] a gente vivencia aí, uma situação de internacionalização da Rede Federal [...] a gente percebe que não é uma internacionalização só da nossa rede, ela é também local

³ Practitioners do not confront policy texts as naive readers, they come with histories, with experience, with values and purposes of their own. They have vested interests in the meaning of policy. Policies will be interpreted differently as the histories, experience, values, purposes and interests which make up any area differ. The simple point is that policy writers cannot control the meanings of their texts.

	ela é Regional.
STT5	[...] é meio que:: complexo porque: o próprio Ciências sem Fronteiras não oferece, é:: bolsas para professores de língua inglesa,

Elaboração própria

Conforme explicita o STT1 retirado da entrevista semiestruturada realizada com a P1 a serviço da implementação dos projetos de internacionalização de um IF da região norte brasileira revela a existência de descompasso entre as declarações dos textos oficiais com as condições situacionais do contexto local. Ao verbalizar sobre esses fatos, constata-se a mobilização de recursos linguísticos: dêiticos de pessoa (*a gente, você*) e marcas verbais do presente do indicativo (*vivencia, vêm*) que semiotizam e caracterizam o mundo do seu dizer por meio do discurso interativo caracterizando o grau de sua implicação no processo. Desses segmentos semiotizantes emanam a voz da P1 que expõe a sua experiência por meio de modalizadores lógicos (*realidades divergentes, vem de uma realidade, não é requerido a falar a língua*) que traduzem fatos comprováveis e vividos na trajetória das questões sócio políticas das formações sociais no âmbito da formação de nível superior.

No próximo STT, a fala da P1 se apresenta caracterizada por um segmento do discurso teórico e ratifica a sua expressão (cf. o discurso interativo STT1) revelando uma lacuna nas políticas públicas (de internacionalização e linguístico-educativa) conforme atesta o STT2 já que o professor de línguas “*o professor não sabe falar inglês/não tem proficiência*” no idioma que constitui o instrumento principal da realização de atividades no domínio da implementação dessas políticas. A avaliação feita pela P1 põem em evidência a existência de um vazio nas ações em curso que, no caso do professor, não contempla a sua preparação e/atualização para atuar nesse contexto. O modalizador apreciativo “*e muito menos*” oriundo do mundo objetivo das práticas experienciadas pela P1 revela uma intensificação da veracidade dos fatos por ela mencionados sobre a problemática de não ter “*o tempo de poder se preparar pra:: poder contribuir com a internacionalização*”. Esse dado corrobora os postulados de Bowe, Ball e Gold (1992, p. 6) de que *nem todas as vozes são ouvidas e contempladas* nas políticas formuladas pelos governantes *silenciando a agentividade*.

O STT3 traz o discurso teórico que vem justificar o teor de suas afirmações e a sua ação interativa com o pesquisador, ao expor, por meio de suas declarações, a avaliação

das condições de realização do trabalho de implementação. O modalizador lógico “*a/a impressão que se dá*” explicita a alegação de que o docente a serviço do andamento das políticas em curso de execução em seu contexto ocorre nas/pelas coerções, ao invés de ações que vise prepará-lo e/ou atualizá-lo para os desafios.

No STT4 a voz da P1 (*a gente vivencia/ a gente percebe*) traz as marcas de sua implicação, ao expor por meio do discurso interativo, a avaliação de sua participação nas atividades de internacionalização. Os modalizadores lógicos que dão sentidos aos segmentos: “*não é uma internacionalização só da nossa rede*” / “*ela é também local ela é Regional*” expressam um julgamento com base em fatos atestáveis que podem ser comprovados no mundo objetivo vivenciado pela P1.

O STT5 também tematiza a contradição das referidas políticas públicas. O segmento temático-discursivo está inscrito no âmbito da exposição teórica (discurso teórico) do dizer da P1, já que não apresenta marcas de implicação no segmento. O modalizador apreciativo “*é meio que complexo*” denota uma interpretação do Programa Ciências sem Fronteiras com uma política não inclusiva de agentes estratégicos para a sua concretização os “*professores*”.

Com base nos resultados das análises feitas, é preciso considerar que, embora exista certa distancia no nível dos objetivos, finalidades e currículos entre educação básica e superior na Educação Profissional e Tecnológica, argumentamos que é justamente no entremeio que constitui esse distanciamento, é que seria necessário construir pontos de interseção que possibilitassem a unificação das políticas educacionais com propósitos firmes, metas claras e objetivas para que ocorra uma melhor efetivação para a sustentabilidade de ações sociais nessa direção.

4. REFERÊNCIAS

BALL, S.J. The policy processes and the processes of policy. In Bowe, R.; Ball, S & Gold, A. **Reforming education & changing school: case studies in policy sociology**. Londres – New York: Routledge, 1992

_____. **Education reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham and Philadelphia: Open University Press, 1994.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BOYER Henry, 1996, **Sociolinguistique. Territoire et objets**, Lausanne, Delachaux et Niestlé.

CALVET, L. J. **Les Politiques Linguistiques**. Paris: Presses. 1996

BRONCKART. J..P. . Discussion de quelques concepts pour une approche praxéologique du langage. In: CONGRÈS MONDIAL DE LINGUISTIQUE FRANÇAISE, 1., 2008, Paris. **Actes...** Paris: CMLF, 2008a. p. 855-861.

_____. Genre de textes, types de discours et “degrés” de langue. **Texto!** [online], v. 13, n. 1/2, jan. 2008b. Disponível em: <<http://www.revue-texto.net/index.php?id=86>>. Acesso em: 24 set. 2015.

_____. **O agir nos discursos: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores**. Tradução Anna Rachel Machado e Maria de Lourdes Meirelles Matêncio. Campinas: Mercado de Letras, 2008c.

_____. **Linguagem e efeitos desenvolvimentais da interpretação da atividade**. Tradução Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin e Lena Lúcia Espíndola Rodrigues Figueiredo. Campinas: Mercado das Letras, 2010.

_____. **Langage, interprétation de l’agir et développement: le rôle de l’activité langagière dans les démarches d’analyse des pratiques à visée formative**. Saarbrücken: Presses Universitaires Francophones, 2014a.

FIORIN, J. L. Língua, discurso e política. **Alea** [online], v. 11, n. 1, p. 148-165, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-106X2009000100012>>. Acesso em: 24 set. 2015.

GOLOGO, Y. **Système Politique au Mali**. Paris: Edilivre, 2014.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa I - Racionalidad de la acción y acionalización social**. Madri: Taurus, 1987.

ROUSSEAU, L.-J. Élaboration et mise en œuvre des politiques linguistiques. **Cahiers du Rifal**, Bruxelles, v. 26, p. 58-71, dez. 2007.